

Considerações sobre a homoparentalidade adotiva: uma revisão integrativa da literatura

Considerations about adoptive homoparenting: an integrative literature review

Consideraciones sobre la homoparentalidad adoptiva: una revisión integrativa de la literatura

Recebido: 29/06/2022 | Revisado: 18/07/2022 | Aceito:09/10/2022 | Publicado: 09/10/2022

Francisco Daniel Coelho Viana

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3932-9685>

Escola de Saúde Pública do Ceará, Brasil

E-mail: danielcoelho.viana@gmail.com

Cecília Bezerra Leite

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4454-4360>

Centro Universitário Doutor Leão Sampaio, Brasil

E-mail: ceciliabezerraleite@gmail.com

Cícero Magérbio Gomes Torres

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3585-452X>

Universidade Regional do Cariri, Brasil

E-mail: cicero.torres@urca.br

Vivian Faustino Martins

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6010-2960>

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

E-mail: vivianmartins3440@gmail.com

Gabriel Dos Santos Barbosa

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1706-5244>

Escola de Saúde Pública do Ceará, Brasil

E-mail: gabrielsanttos01@gmail.com

Joaquim Alves Diniz

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9678-488X>

Escola de Saúde Pública do Ceará, Brasil

E-mail: joaquimdouglasalves@gmail.com

Felipe Salviano Ramos

Resumo

Introdução: Uma das maiores dificuldades dentro do campo dos estudos da família contemporânea se circunscreve na perspectiva da caracterização da compreensão dos arranjos constituídos por casais homossexuais, e quando este debate se entrelaça ao desejo e/ou efetivação da adoção em busca de laços socioafetivos e completude familiar, a discussão se torna ainda mais densa. Este prisma de discussão tem carecido de um maior destaque tanto no cenário social, quanto jurídico em meio as lacunas ainda existentes no que tange a compreensão e repercussões da homoparentalidade adotiva. **Objetivos:** O presente estudo objetivou investigar a produção de conhecimento à luz da temática da homoparentalidade adotiva, para compreendê-la enquanto parte dos novos paradigmas relacionados às categorias família e adoção. **Métodos:** Realizou-se uma revisão integrativa sobre o pressuposto da técnica quanti-qualitativa, em artigos publicados nas bases de dados SciELO e PePSIC no período de abrangência 2010-2020, por meio da combinação de descritores consultados no DeCS (Parentalidade, Homossexualidade e Adoção) e utilizando critérios de inclusão e exclusão, sistematizados pelo método PRISMA. Após leitura e consideração dos critérios de inclusão e exclusão, a busca resultou em 7 materiais selecionados. **Resultados:** Os achados revelam que em se tratando da produção de conhecimento existem limitações no avanço da temática da homoparentalidade adotiva, e a natureza das discussões trazidas nos estudos se circunscrevem sobre duas categorias bases as quais foram realizadas inferências analíticas: (I) O árduo itinerário para consecução da adoção homoparental; (II) Representações, crenças e papéis sociais na seara da homoparentalidade adotiva. **Conclusão:** Conclui-se que referente aos atores da homoparentalidade adotiva, percebe-se que existe uma associação da sua identidade de gênero e orientação sexual no questionamento ao intento da adoção, onde severamente estas condições influenciam no andamento do processo sendo revestidas por vestígios do julgamento moralista, preconceituoso e discriminatório, fincado em crenças religiosas e estranhamento aos novos arranjos familiares.

Palavras-chave: Adoção; Família; Homossexualidade; Homoparentalidade; Parentalidade.

Abstract

Introduction: One of the greatest difficulties within the field of contemporary family studies is circumscribed in the perspective of characterization of the understanding of arrangements made by homosexual couples, and when this debate is intertwined with the desire and / or effectiveness of adoption in search of socio-affective ties and family completeness, the discussion becomes even more dense. This prism of discussion has lacked a greater prominence in both the social and legal arenas amidst the gaps that still exist regarding the understanding and repercussions of adoptive homoparenting. **Objectives:** The present study aimed to investigate the production of knowledge in light of the theme of adoptive homoparenting, to understand it as part of the new paradigms related to the categories family and adoption. **Methods:** An integrative review was carried out on the assumption of the quanti-qualitative technique, on articles published in the SciELO and PePSIC databases in the period of coverage 2010-2020, through the combination of descriptors consulted in the DeCS (Parenting, Homosexuality and Adoption) and using inclusion and exclusion criteria, systematized by the PRISMA method. After reading and considering the inclusion and exclusion criteria, the search resulted in 7 selected materials. **Results:** The findings reveal that when it comes to the production of knowledge there are limitations in the advancement of the theme of adoptive homoparentality, and the nature of the discussions brought in the studies are circumscribed on two basic categories on which analytical inferences were made: (I) The arduous itinerary to achieve homoparental adoption; (II) Representations, beliefs and social roles in the field of adoptive homoparentality. **Conclusion:** It is concluded that regarding the actors of adoptive homoparentality, it can be seen that there is an association of their gender identity and sexual orientation in questioning the intent of adoption, where severely these conditions influence the progress of the process being coated by traces of moralistic, prejudiced and discriminatory judgment, rooted in religious beliefs and estrangement to new family arrangements.

Keywords: Adoption; Family; Homosexuality; Homoparenting; Parenting.

Resumen

Introducción: Una de las mayores dificultades dentro del campo de los estudios contemporáneos sobre la familia se circunscribe en la perspectiva de la caracterización de la comprensión de los arreglos realizados por las parejas homosexuales, y cuando este debate se entrelaza con el deseo y/o la eficacia de la adopción en busca de los lazos socio-afectivos y la

plenitud familiar, la discusión se vuelve aún más densa. Este prisma de discusión ha carecido de un mayor protagonismo tanto en el escenario social como en el jurídico en medio de las lagunas aún existentes en cuanto a la comprensión y repercusión de la homoparentalidad adoptiva. **Objetivos:** El presente estudio tuvo como objetivo investigar la producción de conocimiento a la luz del tema de la homoparentalidad adoptiva, para entenderla como parte de los nuevos paradigmas relacionados con las categorías familia y adopción. **Métodos:** Se realizó una revisión integradora bajo el supuesto de la técnica cuanti-cualitativa, sobre artículos publicados en las bases de datos SciELO y PePSIC en el período de cobertura 2010-2020, mediante la combinación de descriptores consultados en el DeCS (Parentalidad, Homosexualidad y Adopción) y utilizando criterios de inclusión y exclusión, sistematizados por el método PRISMA. Después de leer y considerar los criterios de inclusión y exclusión, la búsqueda dio como resultado 7 materiales seleccionados. **Resultados:** Los hallazgos revelan que cuando se trata de la producción de conocimiento hay limitaciones en el avance del tema de la homoparentalidad adoptiva, y la naturaleza de las discusiones traídas en los estudios se circunscriben en dos categorías básicas sobre las que se hicieron inferencias analíticas: (I) El arduo itinerario para lograr la adopción homoparental; (II) Representaciones, creencias y roles sociales en la seara de la homoparentalidad adoptiva. **Conclusión:** Se concluye que en lo que respecta a los actores de la homoparentalidad adoptiva, se advierte que existe una asociación de su identidad de género y orientación sexual en el cuestionamiento de la intención de adopción, donde severamente estas condiciones influyen en el avance del proceso siendo revestido por trazos de juicio moralista, prejuicioso y discriminatorio, arraigado en creencias religiosas y de extrañamiento a los nuevos arreglos familiares.

Palabras clave: Adopción; Familia; Homosexualidad; Homoparentalidad; Parentalidad.

Introdução

A tessitura do debate no âmbito da conjugalidade homossexual e seus arranjos familiares têm sido cada vez mais elucidada, onde busca-se apreender seus desdobramentos no campo jurídico e social, e principalmente a legitimidade de suas relações e constituições de famílias homoparentais e do exercício da parentalidade (ZAMBRANO, 2006).

Pensar o convívio familiar e a observância da particularidade do indivíduo, no que concerne a ter o direito não só de decidir sobre a constituição de sua própria família, assim

como também a garantia desse direito por via de mecanismos político-jurídicos não deveria perpassar um campo de questionamento e julgamento pessoal, moralista, preconceituoso e discriminatório como ocorre em nossa sociedade com arranjos que fogem dos padrões estipulados socialmente (RODRIGUEZ e PAIVA, 2009).

Refletir sobre o pensamento anterior nos vem à tona quando falamos sobre parentalidade na perspectiva da população LGBTQIA+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros, Queers, Intersex, Agêneros, Assexuados e mais), já que as palavras colocadas acima (questionamento, julgamento e legitimidade) sempre se colocam como linha de frente por esta população se configurarem fora do padrão familiar.

Atrelado a isto, orientação sexual e identidade de gênero acabam sendo motivos para discernir sobre esta aludida população em meio aos seus arranjos familiares no sentido de serem ou não bons pais e mães, assim como estarem dentro do padrão social existente e enraizado na nossa cultura patriarcal machista que é de homens e mulheres heterossexuais e filhos e filhas sob a mesma delimitação (CISNE e SANTOS, 2018).

Perante a isso, cabe ainda apontar que, o que deveria se definir enquanto ideal para descrever um arranjo familiar poderia ser pensado sob o prisma da qualidade do relacionamento e afeto do casal entre si, nos casos de desejo de ampliação dessa família, buscando ter filhos/as para formar laços socioafetivos e completude familiar através da adoção a capacidade de cuidado, de construção de vínculo e a qualidade no relacionamento com os/as filhos/as, descartando quaisquer visões questionadoras sobre a orientação sexual e identidade de gênero da pessoa (RUAS et al., 2009).

Salienta-se que no Brasil, esforços históricos tem sido conquistados para garantia da visibilidade e dos direitos do público LGBTQIA+, e particularizando para o tema em questão para não alongar o debate para outras nuances, observa-se a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) com a Resolução nº.175, de 14 de maio de 2013, que resguarda o direito ao casamento entre pessoas do mesmo sexo, conferindo direitos e deveres cívicos em união civil, reconhecendo-a como unidade familiar, o que repercute diretamente no interesse destes/as pela adoção (BRASIL, 2013).

No viés dessas sustentações, a adoção emerge nesse debate justamente pela sua representatividade para esse pública que ao conquistar o direito a conjugalidade, continua na luta pela completude de suas famílias, pelo desejo da parentalidade. No Brasil sabe-se que o que valida a adoção está disposto na Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990, que é o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o qual foi alterado pela Nova Lei da Adoção, a Lei nº.

12.010/09, que apesar de não mencionar especificamente a garantia de casais homoparentais a esta modalidade, existem discussões e decisões no âmbito da jurisprudência e compreensão de grande parte do poder judiciário reconhecendo enquanto direito e efetivando a adoção por estes pares (BRASIL, 2009; FILHO, 2017).

Para além das formas de concretizar o desejo de casamento, concretude familiar e adoção acima trazidos, o ordenamento jurídico não parou por aí no que tange a avanços para o público no campo jurídico. Pois o STF emitiu em 2016 a tese de repercussão 622, que estabeleceu a aceitação da possibilidade de concomitância do vínculo familiar na esfera do que se conhece como multiparentalidade, o que aprofundou mais ainda a aproximação com os novos arranjos familiares e culminou na edição do Provimento nº63 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), cujo conteúdo foi posteriormente alterado e aperfeiçoado pelo Provimento nº83, tratando do reconhecimento da paternidade socioafetiva, e com base nisso o CNJ regulou o procedimento e os requisitos para esse reconhecimento (LESSA, 2022).

São mediante estas ponderações enquanto reflexões iniciais que se entende a relevância de instigar o debate sobre as compreensões e repercussões da homoparentalidade adotiva, ultrapassando o viés legislativo, em que no ordenamento jurídico vem conquistando solo fértil, modificações, adaptações e evoluções, ainda que a pequenos passos.

Assim, o objetivo do estudo foi investigar a produção de conhecimento à luz da temática da homoparentalidade adotiva, para compreendê-la enquanto parte dos novos paradigmas relacionados às categorias família e adoção.

Neste âmbito, seguindo o questionamento de como este panorama se apresenta em se tratando da perspectiva da produção de conhecimento? Para responder a tal questionamento, apresentar-se-á a seguir por meio deste estudo de revisão integrativa os achados no recorte temporal de 2010 a 2020.

Metodologia

O estudo em destaque delineou-se por meio de uma Revisão Integrativa da Literatura com a técnica quanti-qualitativa, elaborada de acordo com as diretrizes do Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses (PRISMA). O uso desta opção metodológica se deu sob o vislumbre de compreender a revisão integrativa enquanto método de investigação detalhado e abrangente para realizarmos a identificação, análise e síntese dos estudos científicos

já existentes sobre a temática, contribuindo para o direcionamento de práticas pautadas em rigorosa análise do conhecimento científico (SOUZA, SILVA e CARVALHO, 2010).

Para compreender a relevância do rigor metodológico para com o itinerário da pesquisa, salienta-se que os seguintes passos foram percorridos: (I) Formulação da pergunta; (II) Definição de critérios de inclusão e exclusão; (III) Estratégia de busca e localização dos estudos; (IV) Seleção dos estudos; (V) Extração dos dados; (VI) Avaliação da qualidade do estudo; (VII) Análise e interpretação dos resultados; (VIII) Discussão e Considerações Finais.

Em abril de 2021 foi realizada uma busca abrangendo duas bases de dados eletrônicas que contemplam extensa literatura: Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PePSIC). Como forma de obtenção de resultados precisos e relevantes no que tange o tema, essa busca pelos artigos deu-se por meio do uso de descritores principais, fazendo uso de Descritores em Ciências da Saúde (DeCS), sendo eles: Parentalidade, Homossexualidade, Adoção. Essa busca foi realizada por dois avaliadores independentes.

Sistematizado pelo já mencionado método PRISMA, utilizou-se também o operador booleano AND, como forma de melhorar a qualidade dos resultados da busca, resultando nos seguintes cruzamentos: I) Parentalidade and Homossexualidade; (II) Parentalidade and Adoção; (III) Homossexualidade and Adoção;

Seguindo para obtenção dos artigos, o procedimento inicial de busca dos estudos seguiu o esquema de: (I) exclusão dos artigos duplicados. (II) leitura dos títulos e resumos analisando se constavam de assuntos sobre o tema principal e critérios de inclusão e exclusão. (III) os artigos selecionados foram lidos na íntegra para avaliação da elegibilidade dos estudos.

Sobre os critérios de inclusão definidos para a triagem dos artigos nos periódicos, optou-se por estudos que estivessem relacionados à temática da homoparentalidade por adoção, publicados entre o período de 2010-2020, em língua portuguesa.

Foram excluídos artigos de revisão, artigos incompletos, resumos e resenhas, artigos que não se enquadravam na temática acima exposta e que não retratavam contextos brasileiros.

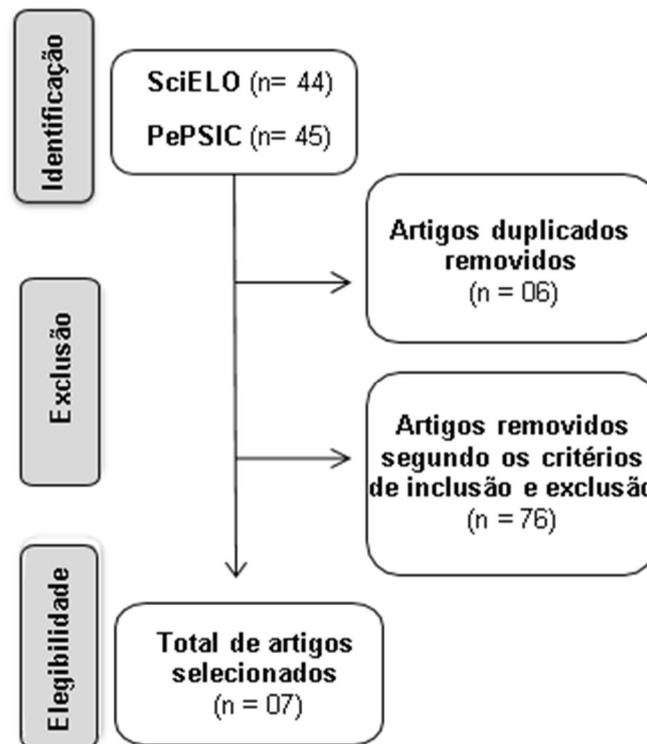
Resultados e discussões

As buscas resultaram a priori na identificação inicial de 89 artigos. Após a primeira etapa de seleção, foram eliminados 6 estudos duplicados. A partir da leitura dos resumos, foram excluídos mais 76 artigos, os quais não se referiam à temática principal e demais critérios.

Assim sendo, remanescentes desse esquema seguiram para análise na íntegra, bem como avaliação final de elegibilidade 07 artigos.

Destarte, o fluxograma a seguir, apresentará a identificação e seleção dos artigos encontrados nas bases de dados.

Figura 1 – Fluxograma de identificação, exclusão e elegibilidade final dos artigos.



Fonte: Autoria própria, 2022.

Com vistas a identificar as principais características dos textos que versam sobre a homoparentalidade adotiva, no quadro 1 a seguir, apresentar-se-á uma síntese dos estudos selecionados.

Quadro 1 – Síntese dos artigos selecionados segundo busca SciELO e PePSIC.

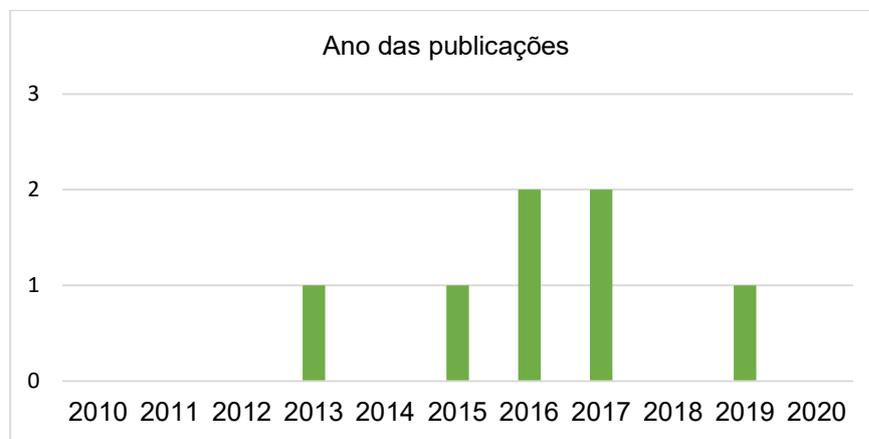
Autores/as - ano	Título	Tipo de pesquisa	Base de dados
CERQUEIRA-SANTOS et al., 2017.	Contato interpessoal com homossexuais e crenças sobre a adoção homoparental.	Estudo de caráter quantitativo, exploratório e analítico através de coleta on-line.	PePSIC
CERQUEIRA-SANTOS; SANTANA, 2015.	Adoção homoparental e preconceito: crenças de estudantes de direito e serviço social	Estudo descritivo com uso de questionários estruturados.	PePSIC

FILHO, 2017.	Sob o “melhor interesse”! O ‘homoafetivo’ e a criança nos processos de adoção	Análise documental.	SciELO
MACHIN, 2016.	Homoparentalidade e adoção: (re) afirmando seu lugar como família.	Estudo qualitativo com entrevistas.	SciELO
PEREIRA et al., 2013.	O papel de representações sociais sobre a natureza da homossexualidade na oposição ao casamento civil e à adoção por famílias homoafetivas.	Análise Quantitativa das Representações Sociais.	SciELO
ROSA et al., 2016.	A Construção dos Papéis Parentais em Casais Homoafetivos Adotantes.	Estudo descritivo e exploratório.	SciELO
TOMBOLATO; MAIA; SANTOS, 2019.	A Trajetória de Adoção de Uma Criança por um Casal de Lésbicas.	Estudo de caso com entrevista semiestruturada.	SciELO

Fonte: Autoria própria, 2022.

Os achados no que se refere ao ano das publicações evidenciaram que a discussão na seara da homoparentalidade adotiva apesar de presente, não tiveram seu crescimento gradativo, registrando maior concentração de trabalhos publicados entre os anos de 2015 a 2017.

Figura 2 – Ano das publicações dos estudos.



Fonte: Autoria própria, 2022.

Observou-se diante dos estudos que dos 07 artigos selecionados nas bases de dados SciELO e PePSIC, 6 artigos (86%) trazem estudos de abordagem qualitativa e 1 (14%) é estudo teórico utilizando-se de abordagem quantitativa. Nas produções científicas as palavras-chave configuram-se como termos que resumem a essência do trabalho, e no caso dos achados desta pesquisa foram identificadas 35 palavras-chave, das quais as que mais estiveram em evidência serão demonstradas a seguir.

Quadro 2 – Síntese das palavras-chave.

Palavra-Chave	Nº de aparições
Adoção	6
Família	2
Homoparentalidade	2
Homossexualidade	2
Homofobia	2
Preconceito	2

Fonte: A autoria própria, 2022.

Outro dado imprescindível a ser sinalizado acerca das inferências realizadas nas sete produções selecionadas é sobre o envolvimento das categorias profissionais dos/as pesquisadores/as dos estudos, o que totalizaram 20 pesquisadores/as, dos seguintes campos de estudo.

Quadro 3 – Síntese das categorias profissionais envolvidas nas produções selecionadas.

Palavra-Chave	Nº de aparições
Ciências Sociais	1
História	1
Psicologia	18

Fonte: A autoria própria, 2022.

Ao analisar os textos dentro do arcabouço científico, observando detalhadamente suas construções, percebeu-se que em sua grande maioria referem-se a duas categorias distintas, as quais merecem inferências: (I) O árduo itinerário para consecução da adoção homoparental (TOMBOLATO; MAIA; SANTOS, 2019; MACHIN, 2016; FILHO, 2017 e ROSA et al., 2016;), (II) Representações, crenças e papéis sociais na seara da homoparentalidade adotiva (PEREIRA et al., 2013; CERQUEIRA-SANTOS; SANTANA, 2015; ROSA et al., 2016; FILHO, 2017; CERQUEIRA-SANTOS et al., 2017 e TOMBOLATO; MAIA; SANTOS, 2019).

O árduo itinerário para consecução da adoção homoparental

A adoção não consiste em uma tarefa fácil, isso tanto para os/as pretendentes, quanto para as figuras centrais nesse importante ato que se tratam das milhares de crianças e

adolescentes que aguardam ansiosamente pela efetivação do direito a convivência familiar, de ter um lar, afeto, acolhimento e construir e consolidar suas relações sociais, é um processo “[...] complexo, dinâmico, histórico e contextualizado familiar, social e culturalmente (FALEIROS e MORAES, 2015, p. 41).

Dentre as principais causas que perpassam esse descompasso perante a trajetória da adoção estão: morosidade, que por sua vez motiva-se especialmente pela disparidade entre o perfil idealizado e pretendido pelos adotantes e o real perfil das crianças e adolescentes constantes no Cadastro Nacional de Adoção (CNA), a idade, os grupos de irmãos e o fato da criança ou adolescente apresentar problemas de saúde seja físico ou intelectual (TELES, 2021).

Ao mencionar tais aspectos, faz-se aqui um convite para neste itinerário observarmos um viés ainda mais crítico sob este prisma a ser analisado, se refletirmos sobre a adoção por casais homossexuais, que antes mesmo de considerar seu objetivo em completude familiar, a capacidade de cuidado e de construção de vínculo os colocam sob o julgo preconceituoso e dogmático acerca das questões de identidade de gênero e orientação sexual (PADILHA e EDLER, 2021).

Nestes aspectos, um dos achados contribuem para compreensão de modo geral, de como é o trajeto da adoção por casais homossexuais, o que perante aos demais estudos ficará ainda mais claro pelo teor das suas abordagens que apresentaram significativas contribuições nesta pesquisa. Assim sendo:

A decisão pela adoção envolve o reconhecimento e a familiarização com os trâmites jurídicos, processo que é considerado como difícil, moroso e incerto, para os que de fato percorreram o percurso e para os que ainda estão no processo ou avaliando o momento mais apropriado para dar início ao mesmo (MACHIN, 2016, p. 356).

Além dos elementos já mencionados, o trajeto que os casais homossexuais perpassam se encontra em um campo árduo e de constantes questionamentos até mesmo aos que atingem a consecução da homoparentalidade, pois além de lidar com os fatores já comumente conhecidos e que os demais arranjos familiares vivenciam, ainda são alvo de julgamento por suas relações afetivo-sexuais (TOMBOLATO; MAIA; SANTOS, 2019; MACHIN, 2016; FILHO, 2017 e ROSA et al., 2016;).

Foi interessante que em um dos estudos selecionados intitulado de “*A Trajetória de Adoção de Uma Criança por um Casal de Lésbicas*”, realizando um estudo de caso baseado em entrevista semiestruturada observou-se que o casal homoafetivo entrevistado buscava adotar uma criança fora dos perfis padrões que são mais demandados socialmente e que geram filas

que não avançam por não existir tal perfil, no entanto, dentre as partes do trajeto traçado pelo casal, constatou-se que em um dado momento que a intervenção da seara jurídica se volta ao questionamento do casal enquanto homossexuais (TOMBOLATO; MAIA e SANTOS, 2019). E isso diz muito sobre o quão as questões de identidade de gênero e orientação sexualidade, além dos dogmas e preceitos religiosos enraizados na nossa sociedade sobrepõem elementos primordiais que deveriam perpassar a busca dos casais homoafetivos pela adoção.

No estudo *“Sob o ‘melhor interesse’! O ‘homoafetivo’ e a criança nos processos de adoção”* que analisou processos e habilitações de adoção homoafetiva, parte dessas questões acima trazidas também se fizeram presentes, e mesmo que deferido os processos destes supracitados casais levando-se em consideração o princípio do melhor interesse da criança e do adolescente, houve nas decisões dois elementos base: apresentar “reais vantagens” para crianças serem adotadas, e em particular sobre os casais gays analisou-se possíveis possibilidades da pedofilia, o que não foi observado nem questionado nas habilitações por casais heterossexuais (FILHO, 2017).

Retomando o estudo de 2019, observou-se ainda no caso que o percurso da adoção homoparental por um casal de lésbicas é demarcado por barreiras a serem vencidas que muitas vezes geraram desestímulo no casal. O estudo em questão, destaca que o casal caracterizou o processo de adoção como uma verdadeira luta para afirmar a legitimidade do vínculo, do desejo e direito de se tornarem mães, se deparando com surpresas dos rumos do processo que envolvem tramitações e burocracias¹ que perante o casal, muitas vezes perpassou um campo de desconfiança dos profissionais em relação à “coesão do casal” e à capacidade de exercer o papel materno, o que fez uma das pretendentes se sentir discriminada (TOMBOLATO; MAIA e SANTOS, 2019).

O interessante dos casos retratados por cada achado é que o processo prosseguiu e obtiveram sucesso na adoção, tornando-se assim pais e mães. Entretanto, esses meandros que repercutiram no trajeto para a adoção homoparental deixaram sequelas? Será que um dia chegaremos em um campo em que arranjos familiares serão aceitos e compreendidos e independente de identidade de gênero e orientação sexual serão inseridos no processo de adoção? Essas são algumas provocações que podem servir como princípios norteadores para novos estudos a partir das apreensões delimitadas até aqui.

¹ Essa questão da burocracia no processo de adoção também foi perceptível nas contribuições de ROSA et al, 2016.

Nesse sentido, foi possível mensurar diante da construção deste trajeto da adoção, que estes casais têm avançado na luta pela efetivação da completude familiar e ao mesmo tempo de proporcionar um lar, família e acolhimento a crianças e adolescentes. E apesar dos poucos estudos justificados pela ainda presente lentidão no avanço da temática do ponto de vista da produção de conhecimento sobre a homoparentalidade adotiva, visualizou-se a legitimidade dessa constituição familiar mesmo que o preconceito, discriminação e estigmatização ainda estejam permeando esse trajeto e tente barrar, desprestigiar e desqualificar o ato.

Representações, crenças e papéis sociais na seara da adoção homoparental

No campo das discussões, análises e reflexões da temática abordada no estudo em questão, é imprescindível ponderar sobre as vivências homoparentais e o que as permeiam diante dos casais homossexuais que obtiveram sucesso no processo de adoção e conquistaram os/as tão sonhado/as filhos/as.

Dentro dessa magnitude obtendo também possíveis respostas sobre a delimitação de papéis e responsabilidades, além do que estes casais colocam sobre posturas dos/as profissionais que mediarão procedimentos de adoção e estudantes que futuramente serão esses possíveis mediadores.

Desse modo, diante dos achados foi possível identificar que a homoparentalidade pode ser perpassada por um estigma de delimitação de papéis de mães e de pais (ranços da tradicional família e do legado hetero-patriarcal), mas sobretudo os casais buscam priorizar a qualidade do cuidado parental como principal contributo para o desenvolvimento dos/as filhos/as. Notou-se em uma das experiências estranhamento social por parte das pessoas ao verem o arranjo familiar homoparental, mas o que prevalece é como o casal se percebe quando o assunto é a criação,

Os relatos obtidos mostram que os participantes percebem que a criação dos filhos independe da orientação afetivo-sexual dos casais, pois compreendem que o necessário é que a criança desenvolva um vínculo saudável com seus pais – sejam eles adotantes ou não. Também é enfatizada a importância de que os cônjuges busquem preservar um relacionamento de qualidade entre eles, fortalecido por uma aliança baseada no amor, no carinho e no respeito mútuo (ROSA et al., 2016, p. 220-221).

Diante disso, infere-se certa facilidade na compreensão de que os papéis no exercício da homoparentalidade adotiva vão para além da definição do que há de ser feito pelo homem (papel paterno) e da mulher (papel materno), e indo mais além, sobre estes papéis:

(..) sua construção é resultado de um processo que se inicia na decisão/desejo de adotar, sendo apropriados pelo sujeito adotante a partir dos vínculos estabelecidos com o adotado. O desenvolvimento desses papéis é influenciado diretamente pelo ambiente externo, que pode (ou não) reconhecer aquela pessoa como pai ou mãe (ROSA et al., 2016, p. 221).

Ao mesmo tempo, em se tratando dessa perspectiva do ambiente externo, onde aqui particularizamos diante dos achados como sendo pessoas da sociedade, profissionais durante e no pós adoção, e discentes que serão futuros atuantes neste âmbito (Serviço Social, Psicologia e Direito), o relacionamos a discussão anterior onde foi perceptível também, como já mencionado, o estranhamento social por parte das pessoas ao verem o arranjo familiar homoparental, isso pode revelar tendências preconceituosas e discriminatórias (ROSA et al., 2016).

No que tange as posturas dos profissionais atuantes na adoção homoparental, notou-se como estas estão ainda permeadas por traços do preconceito e discriminação. Vê-se nesse eixo profissionais que questionam o casal em suas questões afetivo-sexuais (TOMBOLATO; MAIA e SANTOS, 2019; FILHO, 2017 e ROSA et al., 2016).

No estudo intitulado de “*O papel de representações sociais sobre a natureza da homossexualidade na oposição ao casamento civil e à adoção por famílias homoafetivas*”, apresentam-se inferências sobre o questionamentos feitos pelos/as pesquisadores/as a estudantes (Serviço Social, Psicologia e Direito) sobre representações perante a homossexualidade, sendo encontrado que existem bases em crenças religiosas, moralistas e psicológicas que indicam maior apoio às políticas discriminatórias, oposição ao casamento e à adoção de crianças por casais homoafetivos por grande parte dos partícipes do estudo (PEREIRA et al., 2013).

Como se não bastassem essas bases que geram oposição aos arranjos homoafetivos, atrela-se ainda a este panorama a concepção de que futuros profissionais (Direito e Serviço Social) ainda tem pouca aproximação/ conhecimento sobre orientação sexual e que a adoção parental por estes casais ainda tem uma certa distância na seara da realidade dos profissionais em formação, sendo mais fortes essas características em se tratando dos/as estudantes do Direito (CERQUEIRA-SANTOS; SANTANA, 2015).

As crenças sinalizadas pelos/as estudantes no estudo em questão, não se dão de forma isoladas e desconexas ao âmbito social no imaginário deles, sobre as possíveis relações que a formação dessa família com a consecução da adoção trará (CERQUEIRA-SANTOS;

SANTANA, 2015). O que reforça ainda mais a estigmatização e preconceito com os casais homoafetivos e a adoção homoparental.

O que está posto no estudo mencionado anteriormente foi perceptível, pois com a obtenção da opinião estudantil sobre a adoção homoparental, segundo o estudo apresentaram-se as seguintes expressões: crenças de que as crianças irão tornar-se homossexuais no futuro, que elas apresentariam comportamentos diferentes das criadas por heterossexuais, e associar o desenvolvimento saudável da criação dos/as filhos/as a ter o referencial de ambos os sexos, além de concepções moralizantes e de inferiorização sobre a homossexualidade, onde os/as partícipes do estudo os associam a promiscuidade e os consideraram mais expostos a AIDS e DST's (CERQUEIRA-SANTOS; SANTANA, 2015).

É preciso se (re) pensar a posturas dos/as estudantes partindo do pressuposto de que futuramente estarão inseridos nos espaços institucionais para viabilização (ou não) da adoção e suas concepções perpassaram e serão refletidas nas atitudes profissionais, apesar da pré-ideação de que se deve agir profissionalmente.

Sobre isto, em evidências de um estudo recente realizado com psicólogos/as atuantes em um Tribunal de Justiça, obteve-se como conclusividade que os/as profissionais carecem de formação específica sobre a temática, além de refletir constantemente sobre suas práticas profissionais, e que pode haver uma inserção dessa temática nos currículos em cursos de graduação e pós-graduação em Psicologia (XIMENES, SCORSOLINI-COMIN, 2018).

No trabalho intitulado de *“Adoção homoafetiva: um estudo sobre as representações sociais dos acadêmicos de Direito e Psicologia”*, foi possível identificar associando ao debate acima exposto que na opinião dos/as estudantes, no que tange a recusa dos arranjos homoafetivos para adoção as seguintes características: devido a orientação sexual dos adotantes vir a influenciar na orientação sexual da criança, devido não haver uma figura materna ou paterna, e também apresentaram-se preocupados das consequências biopsicossociais que podem se introjetar na criação do/a filho/a sob o lar homoparental, assim como represálias que o/a mesmo/acriança possa vir a sofrer (DOURADO, ZANDONADI, 2018). Já no âmbito do Serviço Social, não foram encontrados estudos recentes acerca da percepção de profissionais em formação diante da temática analisada.

Em uma última análise, um dos achados da revisão intitulado *“Contato interpessoal com homossexuais e crenças sobre a adoção homoparental.”*, datado de 2017, desvelou as nuances do contato interpessoal com homossexuais e crenças sobre a adoção homoparental, por sua vez o estudo apreendeu que existe associação entre o preconceito demonstrado na avaliação

de casais homossexuais para a adoção com o grau de contato com pessoas homossexuais e conhecimento sobre este universo, em síntese o que se indica com o estudo é que o contato interpessoal, aproximação e conhecimento com o público em discussão se apresenta como relevante na desmistificação de representações negativas sobre a adoção homoparental (CERQUEIRA-SANTOS et al, 2017).

Destarte, apreendeu-se diante dos estudos analisados, que quando se trata das representações e papéis sociais na seara da adoção homoparental, existem um conjunto de fatores entrelaçados neste percurso que vão desde a própria compreensão dos casais quando estes buscam adotar, a recepção do âmbito jurídico-institucional sobre suas demandas e a postura que profissionais deste desempenharão no atendimento, além da opinião pública contemplada pelas figuras das pessoas que estarão dentro da realidade do casal. E os achados indo mais fundo ainda nas análises, contemplaram essas representações sobre profissionais em formação, o que foi de grande valia por nestes ser preciso vislumbrar como entendem (ou não) os arranjos homoafetivos e a adoção homoparental que possivelmente irão intervir.

Considerações Finais

As contribuições obtidas a partir da construção deste artigo perante a tessitura do debate em torno das compreensões e repercussões da homoparentalidade adotiva percorreram um itinerário demarcado por “curvas sinuosas”. Isso se considerarmos que por um lado apresentaram-se contribuições significativas para instigar o debate do tema proposto, e por outro esbarramos em fronteiras no que concerne escassez de produções científicas.

Entretanto, com o estudo foi perceptível que sobre os atores da homoparentalidade adotiva existe uma associação da sua identidade de gênero e orientação sexual no questionamento ao intento da adoção, onde severamente estas condições influenciam no andamento do processo sendo revestidas por vestígios do julgamento moralista, preconceituoso e discriminatório, fincado em crenças religiosas e estranhamento aos novos arranjos familiares.

Neste estudo, pudemos encontrar a valiosa interação entre os campos do Serviço Social, Psicologia e Direito do ponto de vista da intervenção nas circunstâncias do processo de adoção homoparental, levando-se em consideração que os/as profissionais destes campos são centrais no processo de adoção. Entretanto, quando se trata dos/as pesquisadores/as elaboradores/as dos estudos encontrados, evidenciou-se a ausência de profissionais do Serviço Social e do Direito na produção de conhecimento, o que faz com que este dado seja

extremamente relevante para servir de alerta a estas categorias profissionais, pois há a necessidade de desenvolver o tema na literatura.

Além desses aspectos ligados a produção de conhecimento a partir do exercício profissional das categorias atuantes no processo de adoção homoparental, se faz relevante o desenvolvimento desses estudos da temática também com discentes, principalmente no âmbito do Serviço Social, já que não foram encontrados estudos recentes acerca da percepção de profissionais em formação diante da temática analisada.

Inferiu-se diante das análises empreendidas que em se tratando das representações e papéis sociais na seara da adoção homoparental, existem um conjunto de fatores entrelaçados neste itinerário, que inicia-se desde a própria compreensão dos casais quando estes buscam adotar, a forma pela qual suas demandas são acolhidas pelo âmbito jurídico-institucional e a até mesmo a postura que profissionais deste ambiente desempenharão no atendimento, além da opinião pública contemplada pelas figuras das pessoas que estarão dentro da realidade do casal.

Os achados da pesquisa permitiram ainda contemplar as visões sobre representações e papéis sociais de profissionais em formação sobre adoção homoparental, o que foi de grande valia por nestes ser preciso vislumbrar como entendem (ou não) os arranjos homoafetivos e a adoção homoparental que possivelmente irão intervir, o que pode ser um ponto de partida para incorporar a formação destes, capacitações que dialoguem com o reconhecimento dessa forma de adoção, bem como combate ao preconceito ainda tão presente nas diferentes instituições sociais.

É preciso considerar que os achados permitiram observar que as produções de conhecimento envolvendo casais homossexuais e a perspectiva da adoção apresentaram em sua essência o debate sobre o árduo itinerário para consecução da adoção homoparental e como as representações, crenças e papéis sociais estão intrínsecos na seara da homoparentalidade adotiva, tendo um destaque maior entre 2015 a 2017.

Ademais, considera-se que a homoparentalidade adotiva enquanto eixo de discussão, carece de maiores problematizações na seara da produção de conhecimento científico, dada sua relevância no cenário das constituições familiares contemporâneas, que se situa numa encruzilhada entre o status quo padrão dessa família e o seu dever, entrecruzadas com os fatores políticos, sociais, culturais. E assim, será possível delinear uma ampliação e potencialização da temática pautando-se no arcabouço epistemológico que a conforma.

Referências

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Resolução Nº 175 de 14/05/2013, dispõe sobre a habilitação, celebração de casamento civil, ou de conversão de união estável em casamento, entre pessoas de mesmo sexo. Disponível em: < <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/1754> >. Acesso em: 08 de julho de 2022.

_____. Lei Federal nº. 12.010/09. Nova Lei de Adoção, Brasília, 2009. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112010.htm >. Acesso em: 08 de julho de 2022.

_____. Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, Senado Federal, 1990. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm >. Acesso em: 08 de julho de 2022.

CERQUEIRA-SANTOS, Elder.; SANTANA, Geovanna. Adoção homoparental e preconceito: crenças de estudantes de direito e serviço social. **Temas em Psicologia**, v. 23, n. 4, p. 873–885, 2015.

CERQUEIRA-SANTOS, Elder; et al. Contato Interpessoal com Homossexuais e Crenças sobre a Adoção Homoparental. **Revista Subjetividades**, v. 17, n. 2, p. 87–100, 2017.

CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana Mara Morais dos. **Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social**. Cortez Editora, 2018.

DOURADO, Denise Martins.; ZANDONADI, Antônio Carlos. ADOÇÃO HOMOAFETIVA: UM ESTUDO SOBRE AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS ACADÊMICOS DE DIREITO E PSICOLOGIA. **Revista FAROL**, v. 7, n. 7, p. 22–40, 2018.

FALEIROS, Vicente de Paula; MORAES, Patrícia Jakeliny de SouzaFerreira. Desafios e possibilidades na adoção. **Serviço Social e Saúde**, v. 13, n. 1, p. 29-46, 2014.

FILHO, Ricardo Andrade Coitinho. Sob o “melhor interesse”! O “homoafetivo” e a criança nos processos de adoção. **Revista Estudos Feministas**, v. 25, n. 2, p. 495–518, 2017.

LESSA, Jossianny Sá. O reconhecimento da multiparentalidade pelo Supremo Tribunal Federal na repercussão geral no 622, seus fundamentos e consequências. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Direito/CCSO) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 83f, 2022.

MACHIN, Rosana. HOMOPARENTALIDADE E ADOÇÃO: (RE) AFIRMANDO SEU LUGAR COMO FAMÍLIA. **Psicologia & Sociedade**, v. 28, n. 2, p. 350–359, 2016.

PADILHA, Rafaela Santos; EDLER, Gabriel Octacilio Bohn. ADOÇÃO POR PESSOAS LGBTQIA+ E PROTEÇÃO INTEGRAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: UMA NECESSÁRIA AMPLIAÇÃO DO CONCEITO DE FAMÍLIA NO ORDENAMENTO JURÍDICO. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 7, n. 5, p. 45-68, 2021.

PEREIRA, Cicero Roberto.; et al. O papel de representações sociais sobre a natureza da homossexualidade na oposição ao casamento civil e à adoção por famílias homoafetivas. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 29, n. 1, p. 79–89, 2013.

RODRIGUEZ, Brunella Carla; PAIVA, Maria Lucia de Souza Campos. Um estudo sobre o exercício da parentalidade em contexto homoparental. **Vínculo-Revista do NESME**, v. 6, n. 1, p. 13-27, 2009.

ROSA, Jéssica Moraes.; et al. A Construção dos Papéis Parentais em Casais Homoafetivos Adotantes. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 36, n. 1, p. 210–223, 2016.

RUAS, Ana Paula Faria et al. Adoção: Gênero, cidadania e direitos humanos. **Rev. psicol. UNESP**, p. 17-25, 2009.

SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO, Rachel de. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein** (São Paulo), v. 8, p. 102-106, 2010.

TELES, João Carlos. Dia da Adoção: Justiça tem papel de dar segurança ao processo de adoção - 25 de maio de 2021 - Notícias CNJ / Agência CNJ de Notícias, 2021. Disponível em: < <https://www.cnj.jus.br/dia-da-adocao-justica-tem-papel-de-dar-seguranca-ao-processo-de-adocao/> >. Acesso em: 04 jun. 2021.

TOMBOLATO, Mário Augusto.; MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi.; SANTOS, Manoel Antônio dos. A Trajetória de Adoção de Uma Criança por um Casal de Lésbicas. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 35, 2019.

XIMENES, Flávia.; SCORSOLINI-COMIN, Fábio. Adoção por casais do mesmo sexo: relatos de psicólogos do judiciário. **Estudos Interdisciplinares em Psicologia**, v. 9, n. 1, p. 65–85, 2018.

ZAMBRANO, Elizabeth. **O direito à homoparentalidade: cartilha sobre as famílias constituídas por pais homossexuais**. Instituto de Acesso à Justiça. Porto Alegre: Vênus, 2006.

Processo de revisão por pares

O presente Artigo foi revisado por meio da avaliação aberta. A rodada de avaliações contou com a revisão de Raquel da Franca e Daiane Apolinário. O processo de revisão foi mediado pela Profa. Dra. Priscilla Chantal Duarte Silva